

O que os credores vão exigir do Brasil na reunião do FMI

Na reunião da próxima semana com as autoridades financeiras do Brasil, à margem da reunião do comitê interino do Fundo Monetário Internacional em Washington, os bancos credores pretendem insistir na cobrança de uma data para o País retomar o pagamento dos juros da dívida externa, supenso a partir da moratória em 20 de fevereiro.

Pelas projeções dos bancos credores a conta de juros este ano alcança US\$ 8,3 bilhões. Dada a deterioração das contas externas, sobretudo a partir de outubro "quando o saldo comercial não dava para pagar nem a totalidade de outros serviços importados (frete, seguro, telefone, correio etc), certos bancos estimam que terão de refinarçar metade dos juros, através de empréstimos de cerca de US\$ 4 bilhões.

Mas esses mesmos bancos indagam sobre as outras contas que o País terá de honrar, como os US\$ 5,6 bilhões devidos, pelos seus cálculos, às organizações financeiras

multilaterais como o Banco Mundial, BID, FMI. Só ao FMI o Brasil teria de pagar este ano US\$ 1,6 bilhão, o que leva um alto funcionário do sistema bancário a indagar como o País pretende refinarçar essa dívida sem um acordo com a instituição.

Na reunião da próxima semana, a agenda dos bancos não muda: esperam ver enfim à luz do dia o programa de "ajustamento", ter uma "idéia" de quando os juros voltam a ser pagos, e uma decisão "revista" sobre um acordo com o Fundo Monetário Internacional "para não dificultar ainda mais as coisas e sair dessa embrulhada".

Sobretudo, os bancos querem o prazo da moratória. Durante a semana passada, em Miami, onde se realizava a reunião do BID, os bancos norte-americanos insistiam com o presidente do Banco Central, Francisco Gros, para saber quando o Brasil volta a honrar o serviço da dívida, ao que Gros retrucava: "Não sei...". Na interpretação de um banqueiro de passa-

gem por Genebra, o mais correto para os dois lados seria o Brasil pedir, por exemplo, 180 dias para pagar e nesse período tentar fechar o acordo.

Sublinha esse banqueiro que, afora os bancos norte-americanos, todos os outros estão serenos diante do problema brasileiro, fato que, a seu ver, seria ilustrado com a renovação "voluntária" (ele fala com ironia) por 60 dias das linhas de crédito de curto prazo (comercial e interbancário).

No entanto, o tom sereno de certos bancos começa a mudar. É o caso dos suíços, que, com a crise do endividamento, retiram-se progressivamente dos negócios latino-americanos, como indica Guido Halselmann, diretor-geral da União dos Bancos Suíços.

Retornando de Miami no final de semana, os representantes dos três principais bancos suíços — Halselmann, e mais Georg Gotz, do Crédit Suisse, e Rudolf Merten, do Swiss Bank Corporation — lamentavam que a questão brasileira não tivesse avançado, enquanto se obtinha progresso substancial quanto ao endividamento da Venezuela, México, Filipinas e Argentina.

Numa referência expressa ao Brasil, enfatizaram que a situação do endividamento internacional poderá agravar-se se muitas concessões forem feitas aos devedores individuais, "porque isso criaria precedentes suscetíveis de incitar os países devedores a aumentar suas exigências".

Assis Moreira, de Genebra